



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002041-15.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Atos Administrativos**
 Impetrante: **Faruk Hammoud e outro**
 Impetrado: **Universidade de São Paulo - Campus São Carlos -Sp - Curso 21- Engenharia Civil e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de **MANDADO DE SEGURANÇA**, com pedido de liminar, impetrado por **FARUK HAMMOUD** contra ato do **REITOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - CAMPUS SÃO CARLOS**. Aduz, em suma, que, em setembro de 2015, se inscreveu e foi aprovado no vestibular para o Curso de Engenharia Civil, sendo classificado em 1º lugar, contudo, foi impedido de se matricular por não apresentar Certificado de Conclusão e do Histórico Escolar do Ensino Médio. Narra que está matriculado e cursando o semestre final do 4º ano do Curso Técnico em Mecânica (equivalente do Ensino Médio), com previsão de conclusão do curso até julho de 2016, data em que será disponibilizado o certificado de conclusão do Curso de Ensino Médio. Requereu a concessão de liminar, para viabilização da matrícula, com o compromisso de entrega do Certificado de Conclusão e do Histórico do Ensino Médio ao final do ano letivo escolar em 07/2016.

Foi deferida a liminar (fls. 298/300), para garantir a matrícula do impetrante no curso para o qual se habilitou, caso o único óbice para tanto fosse a falta do certificado de conclusão do ensino médio. Desta decisão foi interposto Agravo de Instrumento (fls. 307) ao qual foi concedido efeito suspensivo (fls. 354/356).

A autoridade coatora prestou informações às fls. 366/373, sustentando, em suma, a observância dos preceitos legais contidos na Lei de Diretrizes da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Afirma que o impetrante buscou cursar o Ensino Superior sem que antes tivesse concluído o Ensino Médio, tentando, com isso, driblar a sistemática do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ensino brasileiro. Afirma, ainda, ser impossível o ingresso no ensino superior sem a prévia conclusão do ensino médio ou equivalente e, mesmo que detentor de elevada capacidade intelectual, deveria o impetrante ter participado do vestibular da USP, na condição de "treineiro", de acordo com o § 1º, do artigo 2º da Resolução CoG nº 7080/2015, que fixou as regras para o Vestibular da USP/2016. Pugnou pela denegação da segurança.

O Ministério Público lançou parecer desfavorável à concessão da segurança (fls.377/381).

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

No caso em tela, o impetrante pleiteia o direito de matrícula no Curso de Engenharia Civil da USP, sem possuir o Certificado de Conclusão do Ensino Médio, requisito exigido para tanto.

Pois bem.

Os documentos trazidos aos autos comprovam que ele foi aprovado no vestibular da USP, em primeiro lugar, para o Curso de Engenharia Civil, restando claro que possui maturidade intelectual suficiente para se matricular junto à Instituição de Ensino mencionada.

Com efeito, considerando a dificuldade nos exames de ingresso nas Universidades, bem como a imensa disputa pelas vagas, não seria sensato, nem justo, impedir que o aprovado, e assim supostamente qualificado, tivesse negada a matrícula, apenas porque ainda dependente da conclusão do ensino médio, exigência que certamente logrará cumprir no início do próximo mês (julho de 2016 – declaração de fls. 34).

A Lei nº 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu artigo 44, inc. II, estabelece dois requisitos para o ingresso nos cursos superiores: a conclusão do ensino médio ou equivalente e a classificação em processo seletivo, sendo, portanto, o certificado de conclusão de ensino médio documento necessário à efetivação da matrícula em curso superior. Contudo, referida norma não deve ser interpretada literalmente, inclusive diante da inteligência do artigo 208, inciso V da Constituição Federal, que dispõe ser dever do Estado a garantia de acesso aos níveis mais elevados de ensino, segundo a capacidade de cada um.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

No presente caso, o jovem estudante detentor de acentuado desenvolvimento cognitivo, foi aprovado em concorrido vestibular, em primeiro lugar, demonstrando aptidão suficiente para cursar a instituição de Ensino Superior, não sendo razoável que tenha que retroceder e esperar mais um ano, quando pode alçar, rapidamente, níveis mais altos e contribuir, com sua capacidade, no mercado de trabalho ou na área de pesquisa.

Há, inclusive, entendimento jurisprudencial no sentido de que deve prevalecer o direito de acesso ao ensino superior em relação à previsão do artigo 44 da Lei de Diretrizes e Bases. Vejamos:

“APELAÇÃO CÍVEL - Mandado de segurança julgado procedente - Sentença que concedeu a ordem para viabilizar a expedição de certificação de conclusão de ensino médio ou documento equivalente, necessário para efetivar a matrícula em Universidade Federal, ainda que a candidata não tenha 18 anos completos, exigidos pela Portaria nº 144/2012 do MEC - Impetrante que superou a pontuação exigida pelo ENEM - Garantia constitucional de acesso a níveis elevados de ensino, segundo a capacidade de cada um - Inteligência do artigo 208, V, da CF - Sentença mantida - Recursos desprovidos.” (TJSP - AC nº 1000440-03.2014.8.26.0482, 7ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Eduardo Gouvêa, j. 01.09.2014).

"Mandado de Segurança objetivando a matrícula em Universidade Pública. Aprovação em exame vestibular antes da conclusão do ensino médio. Matrícula recusada. Direito de acesso ao ensino superior que deve prevalecer em relação à previsão do artigo 44 da Lei de Diretrizes e Bases. Em que pese a previsão do Edital da apresentação do certificado de conclusão do ensino médio, não se afigura razoável que, após obter a aprovação no vestibular seja o candidato impedido de efetuar a matrícula para o curso cuja vaga logrou ser aprovado, além de não lesionar qualquer direito subjetivo da Instituição de Ensino Superior, garantirá o direito à educação, direito social amparado pela CRFB/88. Aplicação da teoria do fato consumado. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença em reexame necessário". (Apelação/Reexame nº 0041739-33.2009.8.19.0001, Des. Luiz Felipe Francisco, julgamento 27/11/2012, 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Saliente-se, ainda, que, após ter efetuado a matrícula na USP, em virtude da liminar inicialmente concedida, o impetrante providenciou, também, a sua transferência da UTFPR para a instituição de ensino médio "E. E. Dr. Álvaro Guião" (fls. 333), neste município, no período noturno, a fim de não interferir nas aulas do Curso de Engenharia da USP e está frequentando as aulas.

Diante deste quadro, a concessão da segurança é medida que se impõe.

Ante o exposto, **JULGO** o processo, com resolução do mérito e **PROCEDENTE** o pedido para conceder a segurança e tornar definitiva a matrícula do impetrante no curso de Engenharia Civil da Universidade de São Paulo.

Custas e despesas na forma da lei.

Sem honorários advocatícios, nos termos das Súmulas 512 do Supremo Tribunal Federal e 105 do Superior Tribunal de Justiça.

Expeça-se ofício para a autoridade impetrada com cópia desta sentença.

Após os processamentos de eventuais recursos voluntários, subam os autos à Superior Instância para o **reexame necessário**.

Comunique-se, com urgência, ao E. TJSP, o teor desta sentença, em vista do Agravo de Instrumento pendente de julgamento.

P.R.I.

São Carlos, 24 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**